

## Senadores defendem opção ao fator previdenciário

Proposta permite aposentadoria integral quando a soma da idade com o tempo de contribuição der 95 para homem e 85 para mulher

**C**hega ao Senado projeto que dá ao trabalhador uma alternativa de fórmula para a regra de aposentadoria. Da mesma forma que outros senadores, o presidente da Casa, Renan Calheiros, vê a proposta com simpatia e considera necessário substituir a regra vigente por uma mais

favorável aos trabalhadores e aos aposentados. O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral, disse que ainda não existe uma orientação do Planalto sobre o assunto e admitiu que “talvez tenha chegado a hora” de acabar com o fator previdenciário. A fórmula alternativa foi aprovada pela Câmara na quarta-feira. **3**



Renan (3º à esq.), entre Randolfe e Paim, participa de audiência que lotou o Petrônio Portella

### Comissão apresentará novo texto para discutir terceirização da mão de obra

A proposta do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores servirá de base para o substitutivo que será elaborado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, informou ontem Paulo Paim,

que preside a comissão. Um dos pontos principais sugeridos pela entidade é proibir a terceirização nas atividades-fim e determinar igualdade de direitos entre trabalhadores formais e terceirizados. **5**

### Renan Calheiros abre mão dos sigilos bancário e fiscal **2**

### Brasil integrará organização europeia de astronomia **4**

### Governadores vão retomar agenda federativa **7**

### Anastasia chefiará delegação brasileira no Parlatino **6**

### Inadimplência do país é avaliada por diplomatas **4**

### Comissão de Relações Exteriores faz 1ª votação eletrônica **2**

## Debate aponta falhas na assistência a agricultor

Em audiência na Comissão de Agricultura, os senadores apontaram os problemas nos serviços de assistência técnica e extensão rural oferecidos pelo poder público ao pequeno e ao médio agricultor. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural está prevista numa lei que até hoje não saiu do papel. **6**



Ana Amélia conduz debate sobre dificuldades técnicas enfrentadas por pequeno e médio agricultor



Marcelo Bertoni/Agência ALRS

### Federação diz que hospitais cobram taxa sobre próteses

A CPI das Próteses fez ontem uma audiência em Porto Alegre e ouviu da Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul que os estabelecimentos costumam cobrar 15% sobre cada prótese adquirida para implante. **8**

Magno Malta preside em Porto Alegre a reunião da CPI das Próteses



Portal e-Cidadania

É fácil navegar



O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.

Saiba mais em: [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



# Comissão faz 1ª votação secreta em painel eletrônico

Senadores da Comissão de Relações Exteriores aprovaram indicação de diplomatas. Brevemente, todos os colegiados do Senado contarão com a novidade tecnológica, que dá agilidade às deliberações

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) fez ontem a primeira votação secreta em painel eletrônico, com a aprovação das indicações de Paulo Cesar de Oliveira Campos para embaixador na França e de Guilherme de Aguiar Patriota para representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington.

A votação ocorreu na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que já dispõe do equipamento eletrônico — que será instalado na CRE e nas demais comissões permanentes do Senado.

Antes, a votação era feita em cédula de papel depositada numa urna. A sabatina de chefes de missão diplomática é aberta ao público, mas a votação é secreta. O placar também não é divulgado. O aparelho registra somente o nome dos votantes e o resultado final.

A instalação dos painéis eletrônicos é parte do processo de modernização das instalações do Senado. A captação dos recursos ocorreu por meio da venda da folha de pagamento dos servidores da Casa ao Banco do Brasil e à Caixa.

A urna eletrônica usada na votação é totalmente isolada e não está conectada à rede do Senado, por motivo de segurança. O núcleo do software é o mesmo utilizado pela Câmara. A urna foi instalada



João Capiberibe, observado por Ana Amélia, conhece o novo painel eletrônico

em cabine indecifrável, na qual os senadores utilizam um código de autenticação digital e realizam a votação.

A vantagem é que o resultado da apuração é imediato, explicou o titular da Coordenação do Sistema de Votações Eletrônicas do Senado, Sérgio Bonifácio.

Durante a votação, o presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), destacou o papel da Secretaria-Geral da Mesa na modernização do Senado:

— Está aqui presente, entre nós, o secretário-geral da Mesa, Luis Fernando Bandeira, que foi um dos artífices desse painel eletrônico, desse aperfeiçoamento tecnológico dos mecanismos da nossa deliberação. Começamos por este plenário e depois ele será estendido aos demais plenários [das outras comissões].

Ana Amélia (PP-RS) destacou a segurança do processo de votação:

— A tecnologia está aí para facilitar o trabalho dos parlamentares, sem perder a questão do sigilo e a agilidade na tramitação dessas matérias.

Luiz Fernando Bandeira afirmou que a instalação do equipamento só foi possível graças ao empenho do diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio.

— A Câmara já tinha desenvolvido uma urna eletrônica e não hesitou em fornecer o equipamento e o código. O contexto de modernização é geral, não apenas na votação secreta. Temos agora computador para cada parlamentar. A pauta da comissão fica disponível na tela do senador, permitindo a economia do papel que seria utilizado na impressão dos avulsos — afirmou.

## Hélio José homenageia Claudia Lyra em pronunciamento

Hélio José (PSD-DF) homenageou a ex-funcionária do Senado Claudia Lyra, que se aposentou semana passada. Ele lembrou que Claudia trabalhou no Senado por 33 anos, tendo dedicado 17 deles à função de secretária-geral-adjunta da Mesa. Depois, de 2007 a 2014, foi secretária-geral da Mesa.

O senador destacou um dos projetos de Claudia Lyra para garantir a participação popular no Parlamento: o Projeto Jovem Senador, lançado em 2008, que seleciona, por concurso de redação, 27 estudantes de escolas públicas para vivenciarem o trabalho dos senadores.

— É uma iniciativa inovadora que incentiva o jovem a exercer a cidadania.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Randolfe lamenta veto a reintegração de servidores de RR e AP

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) protestou contra os vetos presidenciais à regulamentação da emenda constitucional que transfere os servidores do Amapá e de Roraima para o quadro da União.

Para o senador, mais de 10 mil servidores vêm sendo “enrolados” há 25 anos e somente a ignorância ou a má-fé explicam os vetos. Ele espera que o Ministério do Planejamento se sensibilize com a situação antes que se torne necessário derrubar os vetos.

— Se isto não for garantido nesta negociação com o ministério, queria convidar os colegas do Senado para que façam justiça com essas regiões, que são fundamentais para a nossa fronteira, e com esses servidores.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Paulo Rocha quer apoio para desenvolvimento da Amazônia

Paulo Rocha (PT-PA) destacou a importância da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pediu ao Tesouro Nacional mais recursos para a instituição e incentivos fiscais para a região.

O senador afirmou que a Sudam atrai grandes empreendimentos e colabora para o financiamento da pesquisa, da infraestrutura dos municípios e com a qualificação de segmentos sociais mais vulneráveis da região.

— Desejo reafirmar o meu compromisso com o fortalecimento de instituições que desempenham corretamente a sua missão, como é o caso da Sudam, que tem um papel fundamental no desenvolvimento da Amazônia — reiterou.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## “Não tenho nada a esconder”, diz Renan sobre quebra de sigilos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que entregará, por meio de seu advogado, autorização ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Polícia Federal (PF) tenha acesso a todas as suas informações bancárias e fiscais. Ele tomou a iniciativa após saber que a PF pedira ao Supremo a quebra de sigilo de seus dados.

— Eu não tenho absolutamente nada a temer. As minhas relações com o poder público sempre foram institucionais. Portanto, eu não tenho o que esconder — afirmou no Senado a jornalista.

O pedido de quebra de sigilo encaminhado pela Polícia Federal chegou ao Supremo em 7 de maio e será julgado pelo ministro Teori Zavascki, relator dos processos da Operação Lava-Jato.

— Nós temos que aproveitar esses momentos para esclarecer. Eu estou entregando ao ministro Teori, ele não precisa nem sequer despachar, todos os meus sigilos, sem exceção. Se há alguém que quer esclarecer esses fatos, sou eu — disse Renan.

O senador acrescentou que essa é uma oportunidade para esclarecer todas as dúvidas sobre o caso. Ele afirmou que os homens públicos não têm direito de dificultar o

acesso a dados. Em resposta a jornalistas, o presidente do Senado confirmou que também autorizará a quebra de seu sigilo telefônico.

— Os homens públicos não podem se recusar a esclarecer fatos. Você tem homens públicos que são acusados injustamente. Outros, justamente. A diferença está nas respostas. Existem aqueles que têm o que dizer. E existem aqueles que não têm o que dizer. Com relação a mim, toda explicação será dada à luz do dia — disse.

A Polícia Federal também pediu ao Supremo a quebra do sigilo fiscal e bancário do senador Fernando Collor (PTB-AL). O parlamentar protocolou na noite da terça-feira quatro representações contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por crimes de responsabilidade. Ao ser questionado se considerava a atitude de Collor uma espécie de retaliação, Renan respondeu não saber o que houve.

— O que sei é que esse pedido cria uma oportunidade para que entregue os meus sigilos.

Renan e Collor são investigados em inquéritos da Operação Lava-Jato, abertos com base nos depoimentos de delação premiada do doleiro Alberto Youssef.

## Para Donizeti, governo brasileiro acerta na relação com a Venezuela

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou ontem que a mídia e a oposição erram quando afirmam que a atual política externa brasileira em relação à Venezuela obedece aos interesses do PT.

Para ele, a relação com o país vizinho atende os interesses nacionais, já que a Venezuela é um dos grandes



Moreira Maia/Agência Senado

parceiros comerciais, econômicos e diplomáticos do Brasil.

O senador disse que o governo Dilma se prontificou a contribuir para o diálogo entre a oposição e o governo venezuelanos. Mas ressaltou que não compete ao Brasil apoiar quem não aceita o exercício do poder pelo presidente Nicolás Maduro.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

### CPI DAS PRÓTESES Audiência externa

9h Oitiva, no Rio Grande do Sul, de convocados sobre práticas irregulares no mercado de próteses e órteses.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Incluída em MP, emenda que dá opção ao trabalhador de se aposentar com benefício integral é defendida por senadores, que agora vão analisar o texto aprovado na Câmara

# Alternativa ao fator previdenciário ganha apoio

APROVADA PELA CÂMARA dos Deputados na quarta-feira, a proposta que dá opção ao trabalhador, na hora da aposentadoria, de aplicar a chamada regra 85/95 em vez do fator previdenciário conta com o apoio de senadores, inclusive da base governista, como Walter Pinheiro (PT-BA) e Paulo Paim (PT-RS).

A regra 85/95 prevê que a mulher poderá se aposentar quando a soma de sua idade com os 30 anos de contribuição for 85, e o homem, quando a soma da idade com os 35 anos de contribuição for 95. Com essa regra, a aposentadoria seria integral em relação ao salário de contribuição.

A mudança está prevista em emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) à MP 664/2014, que limita o pagamento de pensões. A emenda



Centrais sindicais se manifestam na Câmara contra aprovação da medida provisória que muda regras da pensão por morte

foi acatada pelos deputados por um placar apertado: 232 a 210. Pinheiro e Paim querem do governo o compromisso de não vetar a emenda, como garantia para a aprovação das MPs do ajuste fiscal.

— Já estamos mobilizando outros parlamentares para

engrossar o coro dos colegas favoráveis à mudança no fator previdenciário e, após a aprovação, queremos o compromisso do Executivo na manutenção do texto. Caso haja veto, vamos trabalhar para a derrubada dele — disse Pinheiro.

Paim e Pinheiro já haviam

apresentado emenda com o mesmo teor na comissão mista que analisou a matéria.

— O fim do fator previdenciário está se tornando realidade — comemorou Paim pelo Twitter.

O senador Telmário Motta (PDT-RR) também se mani-

festou ontem pelo fim do fator previdenciário.

## Pensão por morte

A Medida Provisória 664/2014 muda as regras para a pensão por morte, limitando o recebimento pelo cônjuge ou companheiro segundo a expectativa de vida. O texto-base é o relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). De acordo com o texto, será mantido o valor integral da pensão para os segurados do Regime Geral da Previdência. Na MP original, a pensão para um único dependente seria de 60% do salário de contribuição. Outras regras, como carência de contribuições ao INSS e tempo de união estável, foram mantidas, com atenuantes.

Ontem os deputados concluíram a votação da MP. Agora o texto vai para o Senado.

## Renan diz que Senado pode aprovar nova aposentadoria

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sinalizou que a Casa poderá derrubar o fator previdenciário ou acatar proposta que dá alternativa ao trabalhador na aposentadoria. Ele informou que ainda não teve tempo de analisar a fórmula aprovada pela Câmara, mas lembrou que o Senado já tentou derrubar o fator previdenciário. Em 2008, a Casa aprovou projeto que previa a derrubada da regra (PLS 296/2003). Em 2010, Senado e Câmara tentaram novamente extinguir a norma por meio do PLV 2/2010, mas o então presidente Lula vetou essa parte do projeto.

— O Senado já decidiu há anos sobre o fator previdenciário. É óbvio que, tendo nova oportunidade, não vai recusar a troca dessa regra que delonga as aposentadorias — disse Re-

nan, afirmando ser necessário substituir a regra vigente por uma mais favorável aos trabalhadores e aos aposentados.

### Terceirização

Renan também criticou o projeto de lei da Câmara que regulamenta e expande os contratos de terceirização (PLC 30/2015).

— Acho que a terceirização, quando libera geral para a atividade-fim, precariza a economia. Eu acho até que isso pode ser feito, é claro, mas como uma opção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Eu acho que tem que regulamentar a atividade-meio. Nós temos que ser engenhosos, criativos, mas nós não podemos, de forma nenhuma, regulamentar liberando geral, porque aí você vai precarizar — avaliou.

## Líder do governo defende tranquilidade nos debates sobre mudanças em direitos

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou ontem que a discussão sobre as medidas de ajuste fiscal será feita com tranquilidade. Ele fez referência à aprovação pela Câmara da possibilidade de o trabalhador aplicar a regra 85/95 em vez do fator previdenciário na hora da aposentadoria. A alternativa foi aprovada como emenda à Medida Provisória (MP) 664/2014.

O senador disse que ainda não existe uma orientação do governo sobre o assunto e admitiu que o Executivo queria avaliar o tema mais à frente. Lembrou que, em 2009, no governo Lula, o fim do fator chegou a ser ventilado, mas não avançou. Para Delcídio, “talvez tenha chegado a hora”.

O senador afirmou também que é preciso respeitar a his-



Delcídio pede entendimento entre Congresso e governo nas discussões

tória de cada parlamentar. Citou o senador Paulo Paim (PT-RS), que tem o fim do fator como uma das bandeiras políticas.

O líder acrescentou que o assunto só será debatido depois que a MP 665/2015 for votada

no Senado. A MP chegou ao Senado na terça-feira. O texto, que também foi aprovado pela Câmara, faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo e dificulta a obtenção do seguro-desemprego e do abono salarial. Ele disse confiar no entendimento entre governo e Congresso e no compromisso do Parlamento com o país.

— A característica do Congresso foi sempre compreender o momento do país e buscar soluções, preocupado com cada cidadão — afirmou o senador.

Delcídio reconheceu que o PT tem dificuldade para votar medidas que diminuam direitos sociais e trabalhistas, mas disse que é “necessário”. Ele ainda defendeu que o governo fortaleça uma agenda positiva, criando uma pauta de investimentos para o país.

## Cristovam: ajuste fiscal não pode ser feito com troca de cargos

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a presidente Dilma Rousseff deveria assumir que o ajuste fiscal se faz necessário por causa dos equívocos cometidos pelo governo e por partidos que o apoiaram, como o próprio PDT. Ele afirmou ainda que, apesar de necessário, o ajuste não pode prejudicar a educação, a infraestrutura e a saúde. Também não deve se dar em torno de acordos espúrios, em troca de cargos:

— Tem que ser feito de maneira que o interesse nacional, o interesse das massas excluídas, o interesse do futuro seja o norte do entendimento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paim condena regra previdenciária e texto sobre terceirização

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) manifestou-se contra o fator previdenciário e o projeto da terceirização. O senador disse que não há mais sentido em prorrogar a criação de uma alternativa ao fator previdenciário, que, para ele, é o que existe de mais perverso no Brasil depois da ditadura.

Em relação à proposta de terceirização, Paim lamentou que alguns setores ligados ao sindicalismo ainda apoiem o projeto aprovado pela Câmara, que libera a terceirização para as atividades-fim das empresas.

— Tenho rezado muito para que a gente rejeite esse projeto da terceirização e termine com o fator previdenciário, aprovando um substitutivo a ele.

## Wellington pede redução de impostos de estados e municípios

Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu uma ampla reforma tributária e a revisão do pacto federativo para reduzir a carga de tributos de estados e municípios. Ele condenou a guerra fiscal e pediu apoio à simplificação dos impostos.

— É preciso pôr fim a essas disparidades no ICMS — alertou o senador.

Ele garantiu que seu relatório ao projeto que reduz alíquotas interestaduais do ICMS (PRS 1/2013) contemplará os interesses dos estados, da União e dos municípios, estes que enfrentam situação difícil e arcam com o ônus de programas criados pelo governo federal.



Moreira Matiz/Agência Senado

## Reguffe propõe mais transparência nos gastos dos governos

Reguffe (PDT-DF) disse esperar que o Congresso aprove projeto dele que aprimora a transparência nos gastos públicos, obrigando União, estados e municípios a divulgarem na internet o custo unitário de cada item comprado (PLS 247/2015).

O senador explicou que o Portal da Transparência já informa ao cidadão quanto o governo federal, por exemplo, gastou com remédios e materiais de limpeza, mas não especifica quanto custou cada comprimido ou cada detergente.

— Isso é importante para que o cidadão possa acompanhar e saber se o governo está gastando bem ou mal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

País investirá 270 milhões de euros até 2021 para aderir ao Observatório Europeu do Sul e será coproprietário do maior telescópio do mundo

## Plenário aprova entrada do Brasil em organização europeia de astronomia

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a adesão do Brasil à convenção que estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, assinado em Brasília em 2010. Ao ratificar o acordo, o Brasil se torna o 15º país-membro, sendo o primeiro não europeu, do Observatório Europeu do Sul (ESO, sigla em inglês para European Southern Observatory).

O ESO, com sede na Alemanha, é dedicado ao estudo do hemisfério celeste austral ou sul, localizado entre a linha do Equador e o Polo Sul. A organização opera três observatórios de ponta na região do deserto de Atacama, no Chile: La Silla, Paranal e Chajnantor.

O observatório detém a mais importante infraestrutura do mundo nas áreas de astrofísica, cosmologia, astronomia ótica e do infravermelho, com patrimônio superior a 2 bilhões de euros.

Segundo a mensagem do Executivo aprovada na forma do Projeto de Decreto Legis-

lativo (PDS) 37/2015, o Brasil estará em condição de igualdade com os demais membros.

O Brasil deverá participar da construção e será coproprietário do maior telescópio óptico do mundo, que será instalado na montanha de Cerro Armazones, no deserto do Atacama, norte do Chile. O supertelescópio deverá começar a funcionar na próxima década. Ele terá cerca de 40 metros de diâmetro e será o maior do mundo para observações diretas e infravermelhas.

Como contrapartida, o país deverá, até 2021, investir 270 milhões de euros, sendo 130 milhões de euros de taxa de adesão — a ser paga em 11 parcelas — e 140 milhões de euros a título de anuidade, calculada proporcionalmente à receita nacional líquida do país-membro.

No entanto, quanto à construção do Telescópio Extremamente Grande, o E-ELT (sigla em inglês para European Extremely Large Telescope), o Brasil estará isento de aportar a cota relativa à chamada con-



Observatório de La Silla, no Chile, é operado pela entidade que receberá o Brasil

tribuição adicional, cujo valor planejado é de 250 milhões de euros.

Antes de ir ao Plenário, o texto do acordo foi aprovado, também ontem, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), que acatou parecer favorável do relator, Lasier Martins (PDT-RS).

O senador ressaltou que, embora o acordo represente um investimento a longo prazo em ciência e tecnologia, poderá dar retorno ao país

desde já. Para ele, a demora na conclusão do processo de adesão implica perdas do ponto de vista financeiro e de conhecimento por parte da indústria brasileira e da comunidade científica.

Lasier destacou a participação do Brasil na construção do Telescópio Extremamente Grande.

— Se o Brasil não finalizar o processo de adesão o quanto antes, poderá ficar fora do empreendimento — alertou.

### Texto que regula imigração pode ser votado quinta

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem adiar a votação de projeto que regula a entrada e a estada de estrangeiros no Brasil, além da proteção ao emigrante brasileiro.

O relator do texto (PLS 288/2013), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), pediu mais uma semana para apresentar o parecer sobre o projeto. O senador explicou que está recolhendo contribuições do Executivo para garantir uma convergência que permita aprovar a proposta sem alterações, no Senado e na Câmara.

O objetivo do autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), é garantir tratamento humanitário ao migrante, com base na Constituição, que se pauta pela garantia dos direitos humanos.

Dividido em sete títulos, o texto fixa direitos relacionados a vários aspectos da migração, como concessão de vistos, repatriação, deportação, expulsão, naturalização e combate ao tráfico internacional de pessoas.

## Senadores questionam diplomatas sobre inadimplência

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem duas indicações para comandar representações brasileiras no exterior: Paulo Cesar de Oliveira Campos para a França e o Principado de Mônaco, e Guilherme de Aguiar Patriota para a Organização dos Estados Americanos (OEA). Eles foram sabatinados por cerca de três horas e ambos foram aprovados em votação eletrônica na CRE. Agora só falta a aprovação do Plenário para que assumam os postos.

Na sabatina, os senadores questionaram os dois diplomatas sobre a inadimplência do Brasil a fornecedores e organismos internacionais. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) quis saber como Campos, atual embaixador na Espanha, pretende conduzir importantes programas de cooperação técnica no campo da defesa entre Brasil e França, que envolve a construção de submarinos, de helicópteros, de um supercomputador e até de satélite geoestacionário.

— São compromissos assumidos e programas de estado, não de presidentes de plantão. Por conta de equívocos econômicos, em 2014 o Brasil não pagou acordo com a França para transferência de tecnologia no projeto de aquisição de helicópteros. A França é nossa

principal aliada no campo da defesa. Maior do que a Suécia, de quem compramos caças recentemente. A inadimplência do Brasil põe em risco a continuidade do programa — reclamou Ferraço.

O embaixador afirmou que o Programa de Desenvolvimento de Submarinos será “um elemento transformador da capacidade militar brasileira”, viabilizando a aquisição de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear, no maior programa de desenvolvimento industrial das Forças Armadas. Sobre os helicópteros, informou que os custos estão sendo repactuados:

— De fato são acordos importantes e que não podem ser feitos sem credibilidade. O governo brasileiro está procurando renegociar a questão financeira — explicou Campos, que já serviu nas embaixadas nos Estados Unidos, Japão e Alemanha e foi cônsul-geral em Londres, de 1999 a 2003.

Além de dar prioridade à defesa dos interesses comerciais do Brasil e apoio à instalação de empresas nacionais no país europeu, o embaixador destacou a importância do setor cultural, que gerou, em 2011, riqueza sete vezes superior à da indústria automobilística francesa.

O outro diplomata sabatinado também teve que dar explicações sobre a inadimplência do Brasil, dessa vez com a OEA. Sediada em Washington (EUA), a organização tem representantes de todos os países das Américas, com exceção de Cuba. O Brasil é o segundo maior contribuinte, atrás apenas dos Estados Unidos. Como não está em dia, não pode abrigar reuniões e outras atividades da OEA. Patriota reconheceu que isso será um desafio.

— Farei o que puder para interagir com o Ministério do Planejamento e retomar os pagamentos, ainda que seja gradual. A inadimplência ocorre com outras organizações internacionais — disse.

José Agripino (DEM-RN) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticaram a postura do governo brasileiro que, em 2011,

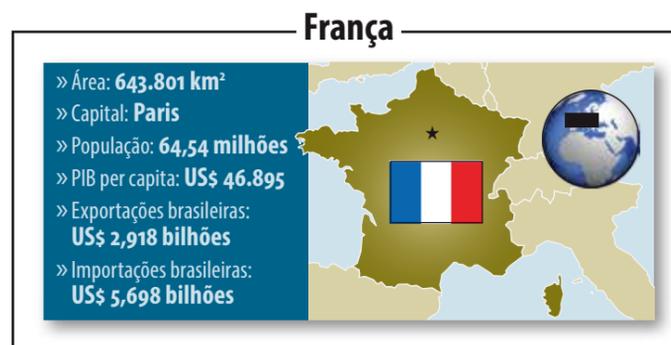
chamou de volta a Brasília o embaixador Ruy Casaes em protesto contra a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que se posicionou pela suspensão das obras da Usina de Belo Monte.

— As relações do Brasil com OEA não estão normais. É preciso botar ordem na casa — disse Agripino.

Patriota disse que o Brasil nunca se ausentou da OEA e sempre manteve uma missão atuante, o que houve foi au-

sência de embaixador:

— Não me cabe julgar o caso, pois não estava lá. O governo entendeu que a comissão extrapolou. Depois disso, ela reviu seus procedimentos. A Comissão Interamericana não é poder autônomo, tem que levar em conta a soberania dos países — afirmou Patriota, que já atuou na missão brasileira junto a OEA e, entre outros cargos, foi assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, de 2010 a 2013.



Fonte: brasilexport.gov.br e Cia World Factbook



Aloysio preside reunião da CRE que aprovou os nomes dos diplomatas Paulo Campos (E) e Guilherme Patriota (D)

Audiência interativa mobilizou sindicalistas e representantes de movimentos sociais. Proposta do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores pode ser base de substitutivo

## Terceirização: comissão apresentará novo texto

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fez ontem audiência que lotou o Auditório Petrônio Portella com representantes dos trabalhadores e de movimentos sociais em torno do debate sobre a terceirização. O tema foi “A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo” e o alvo foi o PLC 30/2015, enviado pela Câmara.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou claro que a Casa não vai trabalhar com a mesma filosofia da proposta votada pela Câmara, liberando a terceirização nas atividades-fim das empresas.

— Nosso papel aqui será regulamentar para quem já é terceirizado. Não transformaremos os outros 40 milhões de trabalhadores em terceirizados, não podemos praticar este “liberou geral” — defendeu.

Renan lembrou que o Senado fará na terça-feira sessão temática em Plenário sobre a proposta. A sessão será aberta para a sociedade participar e a Casa adotará essa postura durante toda a tramitação.

— Precisamos tirar a terceirização da zona cinzenta

em que se encontra, mas sem revogar qualquer direito dos trabalhadores — disse Renan.

### Críticas

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que pesquisas de opinião mostram que cerca de 90% da população é contrária à proposta. O senador vê que o Ministério do Trabalho não terá condições de fiscalizar as situações análogas à escravidão se a proposta for aprovada como está. Ele lamentou que alguns setores ligados ao sindicalismo estejam apoiando o projeto.

— Esperamos que reflitam melhor sobre tal posição. Cerca de 80% dos casos de acidentes no trabalho envolvem terceirizados. Quem tem compromisso com os trabalhadores não pode apoiar isso — disse.

Telmário Mota (PDT-RR) também teceu duras críticas.

— Liberar a terceirização para as atividades-fim é retornar à escravidão. Forças muito poderosas estão por trás dessa iniciativa. A sociedade precisa estar atenta — enfatizou.

Fátima Bezerra (PT-RN) conclamou todas as centrais



Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa lotou o Auditório Petrônio Portella do Senado

sindicais e movimentos sociais a se unirem contra a proposta. Ela afirmou que o PT é contrário e lamentou que o Congresso esteja passando por “uma fase conservadora”.

— Isso se reflete na aprovação desse projeto, na diminuição da idade penal e até mesmo na forma como vem sendo conduzida a reforma política—avaliou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propôs que o Senado se transforme “numa trincheira” contra o PLC 30/2015. Ele chamou de “pelegas” as centrais

sindicais que o apoiam.

— É uma mentira, uma falácia dizer que este texto como está cria direitos — afirmou.

### Substitutivo

Paim recebeu da representante do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores, Magda Biavaschi, proposta de texto substitutivo.

— Nosso principal objetivo é derrubar a proposta. Se não for possível, esse substitutivo balizará nossa ação aqui — disse o presidente da CDH.

A proposta do fórum, segun-

do Magda, proíbe a locação de mão de obra, veda a adoção da terceirização nas atividades-fim, determina igualdade de direitos entre trabalhadores formais e terceirizados dentro de uma empresa, estabelece que a representação sindical dos terceirizados será pelo sindicato preponderante e determina a responsabilidade solidária entre as empresas contratantes e contratadas.

O representante do Ministério Público do Trabalho, Helder Amorim, disse que liberar as atividades-fim para as empresas seria “inconstitucional”. Ela impõe a lógica da escravidão nas relações trabalhistas, afirmou.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, o projeto aprovado na Câmara, na prática, revoga a CLT.

— O texto é uma catástrofe para a classe trabalhadora. Nem o regime militar fez o que esse projeto faz.

Freitas alega que o PLC 30/15 segue a “lógica neoliberal” pela qual as empresas não teriam trabalhadores, mas colaboradores.

Rosa Maria Jorge, representante dos auditores fiscais do trabalho, disse que mais de 185 mil terceirizados têm processos na Justiça contra calotes de empresas contratantes.

## Direitos trabalhistas são tema de encontro de Renan e Lula

O presidente do Senado, Renan Calheiros, almoçou ontem com o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois trataram do projeto que regu-



Lula e Renan conversaram sobre regulamentação de terceirizados e mudança no fator previdenciário

lamenta a terceirização nas empresas, em análise no Senado (PLC 30/2015). O convite para o encontro foi feito pelo líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS).

Renan Calheiros reiterou ao ex-presidente Lula que defende a regulamentação dos 13 milhões de terceirizados que já estão no mercado de trabalho, mas manifestou preocupação com a criação de um novo modelo de desenvolvimento econômico que venha a retirar direitos trabalhistas.

— Eu defendi para o presidente Lula a necessidade de modernizar nossa economia e acho, sim, que tem que regulamentar os terceirizados existentes, esses 13 milhões de trabalhadores, mas não podemos precarizar outros 40 milhões de trabalhadores. O Poder

Legislativo pode, sim, regulamentar a terceirização da atividade-fim, mas essa é uma nova opção de desenvolvimento para o Brasil. Uma opção que precariza as relações de trabalho, revoga a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e a CLT não pode ser revogada assim — afirmou Renan.

O presidente do Senado também conversou com o ex-presidente Lula sobre a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de mudança no cálculo do fator previdenciário, regra que dificulta as aposentadorias.

— Disse a ele que essa proposta vai tramitar facilmente aqui. Desde 2008, o Senado já decidiu sobre o fator previdenciário, sobre a sua extinção e sobre a necessidade de colocar uma regra melhor — encerrou Renan.

## Petecão faz críticas à possibilidade de alteração na cobrança de ICMS no Acre

Em discurso na quarta-feira, Sérgio Petecão (PSD-AC) se disse preocupado com uma possível mudança na cobrança do ICMS no Acre. As informações, segundo o senador, são de que o projeto será encaminhado à assembleia legislativa do estado. Petecão disse que o governo estadual, para aumentar a arrecadação, vai prejudicar os empresários, que já vivem uma situação difícil.

— É querer tirar sangue de quem já está anêmico. É falta de habilidade política — disse, acrescentando que fará apelo a Jorge Viana (PT-AC) para que converse com o irmão, Tião Viana, governador do estado.

Petecão também defendeu a criação de CPI para apurar os gastos com a obra da BR-364, que liga Cruzeiro do Sul (AC) à capital do Acre, Rio Branco.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Ana Amélia destaca projeto que limita aditivos nas obras públicas

Ana Amélia (PP-RS) ressaltou ontem em Plenário a relevância do projeto de autoria dela que estabelece o limite máximo de 25% para a ampliação do valor de contratos públicos. O texto foi aprovado na semana passada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para análise da Câmara. O projeto altera dispositivo da Lei de Licitações que hoje permite acréscimos que vão de 25%, em obras, serviços ou compras, a 50%, no caso de reforma de edifício ou equipamento.

A senadora disse que a modernização da lei é uma forma de melhorar a qualidade dos gastos públicos:

— Quando não se cuida da qualidade do gasto, o dinheiro se esvai para o ralo. E aí falta dinheiro para uma série de outras coisas, como saúde pública.

## Terreno de marinha é uma prática imperial que não se sustenta, diz Dário

Dário Berger (PMDB-SC) reiterou, na quarta-feira, críticas aos terrenos de marinha, dizendo que eles existem apenas para confiscar as receitas dos municípios, com a aplicação de pesadas multas que impedem a ocupação de espaços, mesmo que para implantação de serviços públicos ou em favor da população.

O senador cobrou o exame da PEC 53/2007, que trata do tema, e manifestou preocupação com o PLC 12/2005, que, na avaliação dele, não favorece os municípios localizados na orla marítima, embora apresente pontos positivos. Dário observou que os terrenos de marinha constituem prática imperial que só ocorre no Brasil e que não há nenhum argumento minimamente plausível para sustentar a prática.



Moneira Maniz/Agência Senado

Em audiência pública, parlamentares cobraram do governo maior oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural às médias e pequenas propriedades agrícolas

# Senadores veem falha na assistência a agricultor

A DEFICIÊNCIA DOS serviços de assistência técnica e extensão rural foi um dos principais problemas da agricultura brasileira apontados pelos senadores que participaram da audiência pública ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Eles cobraram a ampliação do serviço de maneira a garantir aos agricultores orientação técnica permanente.

Para os senadores, a melhoria da produtividade na agricultura familiar e nas médias propriedades depende do acompanhamento sistemático de agrônomos e técnicos agrícolas, orientando o agricultor.

— O papel do extensionista é pegar as pesquisas da Embrapa, ver o que há de bom e levar isso até o pequeno agricultor, para aumentar a produtividade, melhorar o manejo. Enfim, levar-lhe as tecnologias agrícolas — resumiu Waldemir Moka (PMDB-MS).

A carência de técnicos se confirma no alcance restrito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nos cinco anos da Lei 12.188/2010, que instituiu a política, só 435,9 mil propriedades rurais foram atendidas — 10% do universo de 4,3 milhões de estabelecimentos familiares brasileiros.

Segundo Hur Ben Corrêa da



Participam da audiência pública César Aldrighi, Luiz Rangel, Ana Amélia, Alexandre Luis Giehl e Hur Ben Corrêa da Silva

Silva, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário no debate, as agricultoras já representam 57% do público atendido:

— Isso demonstra uma mudança substancial na extensão rural, que antes via a mulher como dona de casa. Hoje temos a perspectiva de uma mulher produtiva, em igualdade de condições com o homem.

Os senadores se disseram preocupados com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), regulamentada há um ano, por meio do Decreto 8.252/2014, mas ainda não implantada.

— Estamos diante de uma crise financeira e de orçamen-

to. Os projetos discutidos [na audiência] são relevantes, mas teremos a Anater funcionando? Teremos orçamento? — questionou a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

A agência coordenará os programas de assistência técnica e extensão rural e fará a integração entre os ministérios envolvidos. Terá ainda a competência de monitorar e avaliar os resultados dos serviços prestados aos agricultores.

A ação da agência, segundo Luiz Rangel, representante do Ministério de Agricultura, será essencial para evitar a sobreposição de trabalho dos órgãos públicos. Ele explicou que o ministério ficará responsável por atender o médio produtor:

— Temos de avaliar e monitorar, para que possamos ter certeza de que essas ações estão dando resultado. A coisa não pode simplesmente se reduzir a quatro visitas anuais. Temos de enxergar lá na frente.

Representando o Ministério da Pesca, Alexandre Luis Giehl informou que o agricultor que recebe assistência técnica chega a obter renda até três vezes maior que a do que não recebe.

A falta de assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária foi outra preocupação apontada pelos senadores. Wellington Fagundes (PR-MT) disse ser comum em Mato Grosso a venda de lotes e o desvirtuamento do projeto original do Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incra):

— Muitos desses assentamentos estão próximos de cidades e se transformaram em chácaras de lazer ou investimentos privados. Muitos dos assentados já não são mais da clientela da reforma agrária.

A precariedade da produção agrícola dos assentamentos se repete em Rondônia, segundo Acir Gurgacz (PDT-RO):

— Há assentamentos que são depósitos de famílias, sem orientação técnica. As famílias vendem seu lote, fazem dinheiro e voltam para a cidade.

Lasier Martins (PDT-RS) classificou de constrangedora a situação de acampamentos de trabalhadores sem terra no Rio Grande do Sul.

Por sugestão de José Medeiros (PPS-MT), a CRA solicitará ao Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre o endividamento de pequenos agricultores. Ele relatou dificuldades de agricultores de Mato Grosso em honrar o pagamento de financiamentos.

— Há gente que deve R\$ 70 mil, outros devem R\$ 80 mil, outros devem R\$ 100 mil. Parece pequeno, mas essas pessoas não têm a mínima condição de pagar. Elas têm, no máximo, um galinheiro. É um problema muito grave — afirmou.

## Comissão Mista de Orçamento elege três vice-presidentes

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) escolheu ontem os três vice-presidentes do colegiado.

Após um acordo político, foram eleitos por aclamação os deputados federais Jaime Martins (PSD-MG) e Giuseppe Vecci (PSDB-GO) para a primeira e a segunda vice-presidências, respectivamente, e o senador Walter Pinheiro (PT-BA) para a terceira vice-presidência.

A presidente da CMO é a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), eleita em março.

Também ontem o deputa-

do Zeca Dirceu (PT-PR) foi designado relator do projeto do Plano Plurianual (PPA), que chega ao Congresso em agosto.

O relator-geral da proposta orçamentária e o relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já haviam sido indicados na semana passada. Eles são, respectivamente, os deputados Ricardo Barros (PP-PR) e Ricardo Teobaldo (PTB-PE).

Ainda falta designar o relator da receita, que será do Senado, e os relatores setoriais da proposta orçamentária.

## Anastasia chefia delegação em evento no Panamá

Antonio Anastasia (PSDB-MG) embarcou para o Panamá, onde chefiará a delegação brasileira na 30ª Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). O evento, hoje e amanhã, discutirá as perspectivas para a América Latina frente às mudanças socioeconômicas mundiais e os desafios para a integração regional. Os membros terão oportunidade de abordar a situação e debater propostas para o fortalecimento das relações multilaterais.

Para Anastasia, os países da América Latina ainda não exploram todo o potencial

de oportunidades no âmbito multilateral, apesar da proximidade territorial. Na região, segundo o senador, são adotadas políticas sociais e econômicas distintas, quando poderiam convergir para soluções mais favoráveis aos interesses comuns diante dos desafios globais.

— Os países têm adotado remédios diferentes para a crise mundial, uns com resultados muito melhores do que outros. A reunião da assembleia neste momento será importante para fazermos essa comparação e analisar melhor a situação do Brasil perante a América Latina — explicou.

Também será discutido o papel dos meios de comunicação e das novas tecnologias de informação para a democracia na região.

— O que vemos em alguns países, e repudiamos veementemente, é o cerceamento das liberdades individuais e da liberdade de imprensa. A discussão desse tema também é fundamental para a garantia de direitos na América Latina. É, claro, respeitando sempre a soberania de cada país, mas manifestando de maneira enfática a posição do Parlamento brasileiro em prol da liberdade e da democracia — afirmou o senador.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Renan definirá agenda federativa com governador

Encontro está marcado para a manhã da quarta-feira, no Congresso, e contará com a presença do presidente da Câmara e de todos os 27 chefes dos Executivos estaduais

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, reúne-se na quarta-feira, às 11h, no Salão Negro do Congresso, com governadores para retomar a agenda federativa. Todos os 27 governadores e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foram convidados para o encontro. Um dos principais pontos a ser discutido será a repactuação das obrigações orçamentárias dos entes federativos para a segurança pública, a educação, a saúde e a previdência.

— É hora de rever o pacto federativo, e o Senado é a Casa da Federação por natureza constitucional. Aqui há três senadores por estado. Temos que regular essa Federação — afirmou Renan na terça, após reunir-se com o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

Aos governadores, o presidente do Senado terá avanços a apresentar. Desde a última reunião, em 2013, várias das propostas reivindicadas pelos chefes de Executivos estaduais avançaram no Congresso.

Uma delas foi a alteração do índice de reajuste das dívidas dos estados. O pedido, feito em 2013 pelos governadores, foi aprovado no Congresso e se transformou na Lei Com-

plementar 148/2014, que possibilitou a renegociação das dívidas em bases mais justas, com aplicação do IPCA como índice de correção.

Como a lei não foi regulamentada pelo Executivo, o Senado aprovou no mês passado um projeto obrigando a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados (PLC 15/2015 — Complementar). O texto retornou à Câmara para deliberação final.

## Fundos

Outra reivindicação de governadores e de prefeitos, que também se reuniram com Renan Calheiros no início de 2013, aprovada pelo Congresso foram as novas regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), transformada na Lei Complementar 143/2013. Além dela, a Emenda Constitucional 84/2014, promulgada pelo Congresso, aumentou em 1% o repasse de recursos pela União para o FPM.

Também a divisão mais equitativa entre os estados da receita tributária decorrente do comércio eletrônico foi uma reivindicação dos governadores atendida, com a Emenda 87/2015, de abril.



Reivindicações feitas na última reunião com os governadores, em março de 2013, avançaram no Congresso Nacional

## Congresso avalia projetos a favor de estado

Outros pedidos dos governadores estão em discussão no Congresso. Em março, a Câmara criou uma comissão para analisar a criação do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), que havia sido aprovado pelo Senado em 2013.

Nesta semana, uma das comissões da Câmara aprovou a PEC 172/2012, segundo a qual a lei não imporá encargo ou prestação de serviços aos estados ou municípios sem a previsão de repasses financeiros.

Também nesta semana, o Senado fez uma audiência

pública para debater o PRS 1/2013, que reduz as alíquotas interestaduais do ICMS e dá maior peso à arrecadação no destino das mercadorias.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), é preciso que na reunião da quarta os governadores digam o que o Senado pode fazer para contribuir — quais são os projetos que podem ir à pauta do Plenário:

— É a gente encontrar quais são os pontos efetivos que podem incidir agora na economia e que estão sob a nossa governabilidade, o que está aqui dentro, e não o que está lá fora, que não compete à gente, para

organizar a nossa pauta. Se não, a gente não vai ao encontro do que efetivamente Vossa Excelência tem tanto chamado a atenção: qual a contribuição que o Senado pode dar neste momento crucial para o Brasil? — disse o senador.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defende que o Congresso ofereça alternativas para que os estados driblem a crise. Para ele, uma dessas alternativas foi o novo indexador das dívidas dos estados, que, segundo ele, não impactou no superávit e foi “uma solução criativa para os estados nesse cenário de ajuste fiscal”.

## Crescimento da dívida pública criou o “bolsa-banqueiro”, diz Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) cobrou fiscalização sobre a dívida pública e sobre a “sangria” de recursos federais, temen-



do prejuízos a setores como saúde, educação e segurança. A elevação do estoque da dívida federal, que dobrou em dez anos, com lucros expressivos para instituições financeiras que emprestam ao governo,

Bolsa Família. É o Bolsa-Banqueiro, que transfere recursos públicos para os grandes empreendedores. Precisamos buscar estratégias para reduzir o estoque da dívida, que sufoca todos, inclusive estados e municípios.

— O maior programa de transferência de renda do mundo não é o Bolsa Família. É o Bolsa-Banqueiro, que transfere recursos públicos para os grandes empreendedores. Precisamos buscar estratégias para reduzir o estoque da dívida, que sufoca todos, inclusive estados e municípios.

## João Capiberibe pede aprovação de fundo para a segurança pública

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu aprovação de proposta de emenda constitucional de autoria dele que institui política nacional de segurança pública e cria o Fundo Nacional de desenvolvimento da Segurança Pública nos moldes do SUS para a saúde.

Ele disse que em um país onde são assassinadas por ano 56 mil pessoas, como em 2014 no Brasil, a seguran-

ça pública precisa ser priorizada. Por isso, propõe que haja fluxo permanente de recursos para o fundo, que repassará o dinheiro aos estados. O senador garantiu que a proposta não vai aumentar impostos:

— Não haverá acréscimo naquilo que já é arrecadado. A ideia é destinar parte dos recursos do ICMS e do IPI e do que é cobrado das empresas de segurança.

## Cássio culpa omissão do poder público pela falta de água na Paraíba

Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) disse que a Paraíba sofre com problemas no abastecimento de água. O senador visitou o sertão paraibano há duas semanas e afirma ter visto uma crise hídrica “extremamente grave”:

— Há cidades em colapso. Mais de 1 milhão de pessoas podem ficar sem abastecimento.

Ele acusou as adminis-



trações estadual e federal de não agirem adequadamente:

— As razões são a omissão, a letargia e a

falta de providências em tempo hábil. O governo do estado não consegue dar uma resposta eficaz. O governo federal cortou para muitos municípios o programa de abastecimento por caminhões-pipa.

## Donizeti Nogueira cita lançamento de programa agropecuário em Tocantins

Donizeti Nogueira (PT-TO) destacou, na quarta-feira, o lançamento, em Palmas, do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba. O senador participou do evento, que teve a presença da ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

O programa é voltado para o desenvolvimento agropecuário da região formada por municípios dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí

e Bahia — daí o nome Matopiba, considerada uma das principais áreas do mundo em expansão na produção de grãos.

Segundo Donizeti, a iniciativa federal tem apoio da Embrapa e vai integrar estradas entre os estados, facilitando o escoamento da produção da região:

— O programa tem como eixos estratégicos a infraestrutura, a tecnologia e a inovação.

## Gladson Cameli cobra do governo federal a recuperação da BR-364

Gladson Cameli (PP-AC) cobrou do governo federal a recuperação da BR-364, única ligação do Acre com o restante do país. Ele advertiu que o estado corre o risco de voltar ao isolamento em pleno século 21.

O senador reclamou que há um ano a rodovia não recebe reparos e que hoje percorrer a BR-364 é muito difícil. A viagem



de Tarauacá a Cruzeiro do Sul, que tem pouco mais de 200 quilômetros e antes levava no máximo duas horas e meia, hoje demora mais de quatro horas.

— Estou aqui cobrando das autoridades competentes que realmente façamos a recuperação imediata da BR-364. Ela não suporta mais um inverno amazônico.

## Acir Gurgacz adverte empresas que trabalham nos reparos à rodovia

Acir Gurgacz (PDT-RO) espera que as empresas responsáveis pela recuperação da BR-364 façam um bom trabalho e corrijam falhas encontradas na obra, se não os problemas serão comunicados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Em recente vistoria à obra que está sendo feita no trecho entre Rio Branco e Vilhena (RO),



o senador e outras autoridades verificaram que a rodovia está cheia de buracos, rachaduras no asfalto, afundamento da pista e remendos sucessivos.

— Nós não podemos admitir que todo o esforço humano e os recursos financeiros empenhados nesta obra sejam desperdiçados com esse serviço de péssima qualidade.

Em depoimento à CPI das Próteses, representante de federação afirmou que estabelecimento de saúde recebe 15% do valor do material

# Hospitais gaúchos admitem cobrar porcentagem em prótese implantada

O REPRESENTANTE DA Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul (Fehosul), Flávio Borges, admitiu ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Próteses, que a maioria dos hospitais cobra porcentagens de 15% em média sobre cada prótese adquirida para os implantes.

Ele ressaltou, porém, que compete aos hospitais somente providenciar os materiais com as especificações determinadas pelos cirurgiões que os utilizarão, não tendo o poder de indicar o uso de uma prótese nacional ou importada.

— O hospital cobra uma taxa em relação à disponibilização da prótese. O médico solicita a prótese. Se ela custa R\$ 100 mil, o hospital compra e cobra R\$ 115 mil — explicou.

## Tabela defasada

Borges prestou depoimento em reunião na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Além dele, o presidente da CPI, Magno



Magno Malta (C) conduz a audiência da CPI das Próteses realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Malta (PR-ES), ouviu o administrador Alcides Pozzobon, que já gerenciou três hospitais no estado. Ele frisou nunca ter lido com tal situação.

Entretanto, Pozzobon disse que o problema não deixa de ser conhecido há tempos, de uma forma ou de outra, já que três anos atrás esteve em Brasília para ver o trabalho de um grupo formado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Agência Nacional de Saúde Su-

plementar (ANS) com o intuito de estabelecer uma planilha de custos de órteses e próteses, pois os preços praticados no país estavam muito díspares.

— O grupo iria mostrar para o Brasil e as operadoras de planos de saúde que estava havendo distorções homéricas — disse.

Pozzobon também cobrou uma postura diferente de todos os níveis de governo a respeito dos repasses para os atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) que são feitos em

hospitais privados e beneficentes e não chegam a cobrir os custos dos procedimentos.

— Os hospitais estão trabalhando com uma tabela do SUS que não paga mais que 60% dos custos — afirmou.

Também prestaram depoimento os delegados da Polícia Civil gaúcha responsáveis pela investigação. O estado é considerado por Magno Malta a “ponta do iceberg” do problema, trazido à tona por uma reportagem veiculada no programa *Fantástico*, da TV Globo, em janeiro.

## Ressarcimento

Joerberth Pinto Nunes e Daniel Mendelski Ribeiro explicaram as origens da investigação sobre a máfia das próteses. Segundo afirmaram, detectou-se um padrão: pacientes do SUS ou do IPE-Saúde (plano de saúde ligado ao Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul) recebiam indicação para a realização da cirurgia de implantação, mas eram convencidos pelos médicos a utilizar uma “prótese importada e de mais qualidade” do que a normalmente ofertada pelo governo. Pagavam o procedimento “por fora” e depois entravam com ações pedindo ressarcimento das cirurgias. Enquanto uma prótese normalmente custa R\$ 7 mil, as da máfia custavam mais de R\$ 200 mil.

— O que buscam a Polícia Civil e o Ministério Público? Tratar dos crimes de falsidade ideológica, descobrindo se os laudos eram verdadeiros e se os pacientes realmente precisavam da prótese; de estelionato, pois o Judiciário era enganado e o Estado entregava indevidamente vantagem econômica a profissionais; e de associação criminosa — disse o delegado Pinto Nunes.

Magno Malta disse que vai lutar para tipificar esse tipo de violação como crime hediondo.

## Amorim critica governo de Sergipe por falta de água

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que a omissão do governo de Sergipe levou à falta de água



Waldemir Barreto/Agência Senado

na Região Metropolitana de Aracaju. No sábado, a queda de uma ponte (por falta de manutenção, segundo o senador) rompeu canos da adutora regional, comprometendo em 70% o abastecimento na região. Mais de 1 milhão de pessoas ficaram sem água, relatou Amorim.

— O estado precisa investir em ações de manutenção e prevenção de acidentes. A vida dos sergipanos não pode ser colocada à prova — criticou.

## Raupp comemora acordo sobre ferrovia até Pacífico

Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou, quarta-feira, os entendimentos entre Brasil e China em torno do



Moreira Mante/Agência Senado

projeto da Ferrovia Transoceânica, que ligará, pelo Peru, as estradas de ferro brasileiras ao Oceano Pacífico.

Raupp destacou a importância do empreendimento para o escoamento da produção de grãos para a China, inclusive para Rondônia, especialmente diante do crescimento da produção de soja no estado.

— Com os protocolos assinados pela China, com certeza teremos uma ferrovia com muito menos tempo.

## Rose pede ações contra crises de energia e água

Rose de Freitas (PMDB-ES) pediu ações estratégicas para o abastecimento de energia e água no país.



Moreira Mante/Agência Senado

Para ela, os principais motivos para as crises são a incapacidade dos governos e a má gestão administrativa, com falta de visão de futuro.

— É injustificável que, em 2015, um país com tantos recursos naturais, tanta tecnologia, continue submetendo grande parte da população a falta de água e energia.

Rose comemorou ainda a aprovação, na Comissão de Infraestrutura (CI), de proposta que isenta de impostos painéis para energia solar.

## Paciente afirma ter sido manipulado por ortopedista

Em depoimento à CPI, Fabrícia Boscaini, representante da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, detalhou diversas denúncias com as quais lidou. Ela relatou que há consultórios médicos funcionando até mesmo em imobiliárias.

Vítima da quadrilha, Edison Luis Rocha de Castro disse que só após as denúncias

percebeu que estava sendo manipulado pelo ortopedista Fernando Sanchis para entrar com uma liminar na Justiça e conseguir uma prótese para a coluna.

— Eu não tinha dinheiro e sofria dores, então o doutor Fernando orientou-me a usar um equipamento muito caro, mas que, com ajuda da Justiça, o SUS liberaria. Quando a

imprensa divulgou a trama da máfia das próteses, resolvi denunciar e procurar outro tratamento — relatou.

Os senadores investigam crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no país, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

## Comissão faz segunda audiência em Porto Alegre hoje

A CPI das Próteses promove hoje a segunda audiência pública em Porto Alegre. Assim como a primeira audiência, ontem, o encontro vai ser realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A audiência pública deve contar com a presença de Larson Hermilo Strehl, representante da Comércio e Representação de Produtos Hospitalares (Prohosp).

Os advogados Ricardo Felipe Bayer, Nieli de Campos Severo e Letícia Pinto Lauxen também estão convocados para a reunião.

Os ortopedistas Fernando Sanchis, Marcelo Leal Tafas, Henrique Alves Cruz, Antônio Carlos Sábio Junior e Alfredo Sanchis Gritsch completam a lista de convocados.

De acordo com Magno Malta, autor do requerimento, os médicos e advogados convocados são suspeitos de fraudes contra a população, “sendo dessa forma necessário para uma elucidação profunda dos fatos ouvi-los perante a CPI”.

De acordo com Malta, o médico Fernando Sanchis disse que não vai colaborar com a comissão parlamentar de inquérito. O senador afirmou que acionará a Polícia Federal para garantir o comparecimento de forma coercitiva.

— Estou no foco do problema, que com certeza também tem raízes em outras regiões, mas aqui a máfia deixou rastros e vamos aproveitar todas as informações para aniquilar estes mafiosos

da saúde — disse o senador.

A CPI foi criada para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no país, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Malta é o presidente da CPI. Humberto Costa (PT-PE) é o relator.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)